

## Cumprir Bissau

O Secretário Executivo da CPLP encomendou ao IICT um estudo para submeter ao fórum a realizar em 6 de Novembro, sob proposta da Presidência guineense. O objectivo é avaliar a “prossecução, em cada um dos Estados membros, dos objectivos prioritários estipulados na declaração do Milénio e na Declaração da Cimeira da CPLP”. O estudo, intitulado Cumprir Bissau, é apresentado pouco mais de um ano depois desta Declaração procurar um maior “conhecimento mútuo” entre os oito Estados membros.

De tal conhecimento poderão surgir perspectivas próprias na parceria global para o desenvolvimento. Através desta parceria, os países doadores cumprem a sua parte na consecução do último objectivo, acrescentado aos sete aprovados em 1996 pela OCDE. A diversidade, desde que “mutuamente conhecida”, é a força da CPLP. Por causa da diversidade entre cada um dos seus oito membros, a organização pode encarar a agenda global para o desenvolvimento sem cair no “abstracto compulsivo” que tantas vezes impede a concretização de grandes desígnios internacionais, como a monitorização de 48 indicadores quantificados.

O Center for Global Development em Washington, que muito tem feito para dar a conhecer a governação em estados frágeis (designadamente através do relatório para o Congresso, glosado em Macedo e Feijó 2005), adverte contra o exagero relativamente aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (Clemens e Todd 2004). Exagero tanto mais perigoso quanto menor o conhecimento das economias e sociedades em transformação.

Aqui deve reiterar-se o argumento segundo o qual a insuficiência estatística da CPLP prejudica a capacidade não só em conhecer a situação passada e presente mas também em perspectivar o futuro. Ora sem perspectivar o futuro não é possível erguer estratégias nacionais de desenvolvimento e ainda menos compará-las entre diferentes países, mesmo unidos por uma “amizade mútua” como é o caso da CPLP. Do mesmo modo a ausência de informação para o ano de base de 1990 impossibilita o cálculo da mudança positiva ou negativa conseguida desde então.

Graças a fichas por país preenchidas recor-

rendo aos mais recentes estudos e relatórios de avaliação nacionais e internacionais e já enviadas aos Estados membros para validação, será possível melhorar a informação estatística disponível relativamente às metas registadas na Tabela e interpretar eventuais obstáculos de governação ao cumprimento dos ODM na data marcada de 2015.

A pobreza e as estratégias para a combater são considerados aspectos transversais aos ODM, embora com características próprias em cada país. Também se apresentam perspectivas complementares sobre história, co-ope-ração e desenvolvimento sustentável. A Declaração de Bissau engloba vários ODM numa tal estratégia, sugerindo assim que se abordem em especial os ODM 1 e 7.

O estudo pretende ainda olhar de forma holística para o progresso de cada país para indicar lições e prioridade para os próximos anos. A necessidade de envolver os governos de cada um desses países não deriva apenas da sua responsabilidade no desenho das alterações institucionais que será conveniente efectivar. De novo, a disponibilidade e qualidade dos dados continua a ser um grande problema que limita a capacidade de monitorizar correctamente o progresso e a formulação de políticas nacionais credíveis.

A avaliação do progresso por ODM nos termos das estratégias nacionais de desenvolvimento constitui o cerne do relatório, sugerindo-se ainda os obstáculos de governação ao cumprimento dos ODM. Comparam-se quantitativamente, pela primeira vez, as sete metas que constam da Tabela e calcula-se um índice compósito com essas metas para todos os países com dados suficientes e para os ODM ainda não cumpridos. Fazem-se projecções do desempenho, perspectivando a data de concretização dos ODM quantificados e interpretando os índices de governação disponíveis. Os resultados desta primeira comparação quantitativa revelam falhas no cumprimento das metas para a pobreza extrema, o número de crianças sub nutridas, o número de casos de HIV, tuberculose

e malária e a população urbana/rural sem acesso a água potável, comprometendo a sustentabilidade justamente salientada pela Declaração de Bissau.

No que toca à pobreza e estratégias para a combater, distingue a meta 1

### Objectivos, Metas e Indicadores

Objectivo (Meta)	Nome do Indicador	Indicador
1(1)	Proporção da população com menos de 1US\$ por dia	1
1(2)	Prevalência de crianças sub nutridas até aos 5 anos de idade	4
2(3)	Taxa de escolarização líquida no ensino primário	6
3(4)	Rácio de raparigas por rapazes no ensino primário	9
4(5)	Taxa de Mortalidade juvenil (menores de 5 anos)	13
5(6)	Rácio de Mortalidade Materna	16
6(8.1)	Prevalência e taxas de morte associadas à malária	21
7(10)	Proporção da população com acesso a água potável - urbano	30

do critério do EUROSTAT usado em Portugal. Julga-se que a prossecução dos ODM terá impactos mais fortes sobre a pobreza em geral, enquanto que em Portugal irá permitir uma elevação das condições de desenvolvimento e uma maior aproximação aos padrões de bem-estar e qualidade de vida dos países mais desenvolvidos da União Europeia. Como problema multidimensional que é, a pobreza não se esgota na privação de recursos materiais, interligando-se com a exclusão e com os direitos sociais dos cidadãos. As estratégias nacionais de combate à pobreza, por seu lado, espelham o compromisso dos governos dos países da CPLP no sentido do cumprimento dos ODM. Portugal não se encontra excluído deste esforço global na medida em que o investimento no cumprimento dos ODM seja direccionado para os países da CPLP com quem possui relações de cooperação privilegiadas.

Apresentam-se perspectivas complementares sobre história e cooperação e desenvolvimento sustentável através de projectos do IICT que tentam identificar obstáculos superáveis pela ciência e tecnologia, nomeadamente pelas tecnologias de informação, as quais fazem parte do ODM 8 (Contzen 2007).

Atingir os ODM implicará igualmente prestar atenção à qualidade da governação. Adicionalmente, muitos países ainda têm falta de recursos humanos capazes para acelerar o progresso para os ODM — assim como outros factores, como ausência de infra-estruturas, etc. que limitam a sua capacidade para fazer o melhor uso dos recursos disponíveis. Os governos terão então de considerar mudanças institucionais para melhor gerirem os fundos que têm à sua disposição. Assim, uma das melhores e mais directas formas dos governos enfrentarem a pobreza é assegurando a disponibilidade de serviços de qualidade para a sociedade.

A análise dos indicadores de governação tem sido organizada em torno da legitimidade, que tem a ver com a responsabilização dos governantes, a capacidade de prover às necessidades das populações (reflectindo ODMs 1, 2 e 4 a 7) e a estabilidade, com referência à ausência de conflitos armados. O relatório para o congresso americano citado acima revela que os Estados da CPLP são mais legítimos do que a média.

As consequências desta situação para a gestão da diversidade na CPLP são abordadas através do que se podem chamar as pertenças lusófonas. Para aproveitar a experiência do blogue “história lusófona”, tentativa iniciada em 2006 na senda do blogue sobre o futuro do IICT (IICT 2007a), os historiadores foram chamados a mostrar o seu engajamento nos compromissos estratégicos produzindo, em comentário a CPLP (2007) perspectivas que não podiam ser mais diversas sobre a história da instituição. Trata-se de uma forma de reflectir a diversidade da própria CPLP apesar dos autores serem todos portugueses!

Espera-se que as “memórias lusófonas” suscitadas pela em boa hora lançadas pela CPLP possam chegar à actualidade e beneficiem o tratamento de documentação do Ministério do Ultramar português em curso no Arquivo Histórico Ultramarino.

Nesta base, retira-se de projectos emblemáticos não só uma abordagem inovadora sobre o uso de novas tecnologias recomendado no ODM 8 mas também uma perspectiva histórica sobre lusofonia e globalização que radica a credibilidade da política interna de pequenos países na respectiva política externa (Maddison 2001, Levenson 2007, Rodrigues e Devezas 2007). A combinação das pertenças e liberdades da população reflecte assim a competitividade global da economia e a boa governação da sociedade. Assim, através do exemplo histórico e da análise no terreno da cooperação, se esclarece o alcance da parceria global para o desenvolvimento que o ODM 8 encerra mas que não é susceptível de comparação no quadro da CPLP, visto Portugal ser o único país membro doador como tal registado no comité de ajuda ao desenvolvimento da OCDE.

Julgo a diversidade essencial à CPLP. O estudo fornece um quadro regional compreensivo para as várias partes interessadas tomarem consciência do seu papel na mobilização de recursos para cumprir dos ODM. Assim os resultados destas iniciativas possam servir de input crítico para a segunda Cimeira Europa-África, esperado ponto alto da presidência portuguesa. Saliento, a esse respeito, que, através da exposição patente no Jardim Botânico Tropical desde 1 de Julho sobre As plantas na primeira globalização, a agenda cultural da presidência da EU também reflecte o nosso “saber tropical” (IICT 2007b).

#### REFERÊNCIAS

- Clemens, Michael e Todd Moss (2005), “What’s Wrong with the Millennium Development Goals?” Washington: Center for Global Development, Setembro
- Contzen, Jean-Pierre (2007), “The Contribution of Science and Technology to the Fulfillment of the Millennium Development Goals”, *Volta Festschrift*, Milão.
- CPLP (2007), *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*. 10 Anos da CPLP. Lisboa.
- IICT (2007a) “Avaliação, Desenvolvimento e Lusofonia”, DVD anexo a Sofia Lopes, organizador, 3 anos para a renovação do IICT, Lisboa: IICT.
- IICT (2007b) Catálogo de Exposição *As plantas na primeira globalização* no Jardim Botânico Tropical
- Levenson, Jay (editor), *Encompassing the Globe The Portuguese in the 15th and 16th centuries*, Washington: Smithsonian Institution, 2007.
- Macedo, Jorge Braga de e Carlos Feijó (2005), organizadores, *Parcerias Público-privadas e Integração Económica na África Austral*, actas de uma conferência na Universidade Católica de Angola, 2ª edição revista (com prefácio do Secretário Executivo da CPLP), Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Maddison, Angus (2001). *The world economy: a millennial perspective*, Paris: OECD 2001
- Rodrigues, Jorge Nascimento e Devezas, Tesselano. *Portugal o Pioneiro da Globalização*, Lisboa: Centro Atlântico 2007